

Reunidos na última quarta, na sede do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), representantes da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Grupo em Defesa dos Participantes da Petros (GDPAPE), Federação dos Marítimos, Federação Nacional das Associações de Aposentados (Fenaspe), advogados, conselheiros eleitos da Petros e petroleiros definiram um conjunto de ações (judiciais, extrajudiciais e administrativas) com o objetivo de evitar que a Petros implemente o equacionamento de um déficit que, em sua grande parte, é dívida que a Petrobras e demais patrocinadoras têm com os participantes do plano Petros 1. Ou seja: evitar que se efetue o confisco das aposentadorias e pensões ou a majoração extorsiva das contribuições. As ações serão implementadas a partir desta quinta imediatamente, visando proteger os interesses dos petroleiros.

As iniciativas incluem o questionamento, junto a cada instituição envolvida (Petros, Petrobras, BR, órgãos reguladores), dos critérios utilizados, das inconsistências técnicas e ilegalidades do equacionamento proposto, reivindicando a suspensão de qualquer desconto abusivo. Todas as ações serão coordenadas, para que não se inviabilizem mutuamente.

O Fórum de Defesa da Petros vai convocar ato público unificado em defesa do Plano Petros 1, questionando a forma de equacionamento proposta.

Segundo Ronaldo Tedesco, do Conselho Deliberativo da Petros, "a proposta de Plano de Equacionamento tem um claro objetivo por parte da Direção da Petrobras que é acabar com o PPSP. Todas as medidas que tivermos que tomar para evitar esse equacionamento absurdo e impagável, as entidades sindicais e associativas deverão tomar. No entanto, somente nossa luta organizada poderá reverter essa situação. Por isso, o chamado a um ato público unificado em defesa do PPSP é fundamental. Mas essa luta não pode ser somente dos participantes e assistidos do PPSP. Lembro a todos que o Plano Petros 2 está sendo gerido pela Petrobras, da mesma forma que o PPSP. A união de todos nós nessa luta é fundamental" finaliza o conselheiro.

Fonte: [Monitor Mercantil](#), em 29.11.2017.